

ÍNDICE

O ESPIRITISMO E AS QUESTÕES DE NOSSO TEMPO - MILTON RUBENS
MEDRAN MOREIRA2

O ESPIRITISMO E AS QUESTÕES DE NOSSO TEMPO - MILTON RUBENS MEDRAN MOREIRA

Entrevista exclusiva concedida ao site PENSE, em agosto/2011



- O espiritismo e as questões de nosso tempo

Entrevistado: Milton Rubens Medran Moreira

Em: Agosto de 2011

Nesta entrevista exclusiva concedida ao PENSE, o advogado e jornalista Milton Rubens Medran Moreira, 70 anos, abre seu coração e sua mente para abordar temas atuais e complexos como a questão da ética e utopia espíritas, do espiritismo pós-cristão, do casamento homossexual, da contribuição da doutrina

espírita à juventude e à Terceira Idade, dentre outras questões. De formação católica, Medran tomou contato com o espiritismo na maturidade e identificou nesta filosofia espiritualista a resposta para suas inquietações filosóficas e questionamentos, desde o tempo do internato em seminário capuchinho. Antes de frequentar algum centro espírita, já havia lido toda a obra kardequiana e, convicto dos ideais espíritas, passou a atuar no movimento espírita gaúcho, onde teve destacada participação no final da década de 1980. Foi o primeiro espírita brasileiro a presidir a Confederação Espírita Pan-Americana, por oito anos, de 2000 a 2008. Articulista, orador, autor de vários livros espíritas, Medran é membro atuante do Centro Cultural Espírita de Porto Alegre e mantém uma coluna semanal no jornal Diário Gaúcho, onde aborda temas atuais sob a ótica espírita.

Pense (P) - Quando e onde nasceu? Tem filhos, netos? Torce para o Inter ou para o Grêmio?

Milton Medran (MM) - Sou natural de Dom Pedrito-RS, uma pequena cidade situada na fronteira com o Uruguai, onde nasci em 11 de janeiro de 1941. Casado, já há 48 anos, com Sílvia, geramos uma filha, Lucianne. Mas, temos, de fato, duas: A outra é a Bianca, nossa neta, que nos oportunizou essa segunda e gratificante “paternidade”, experienciada em uma outra época, com padrões e desafios bem diferentes da primeira. O mundo está mudando rapidamente. De uma geração à outra tudo se transforma. Quem chega aos 70 anos, como acabo de chegar, passa a ser testemunha privilegiada de um mundo em fantástico processo de transformação.

Da mesma forma que minhas filhas, e diferentemente da Sílvia, que é gremista, torço pelo Sport Clube Internacional, “glória do desporto nacional”, como canta seu hino, composto, aliás, por um antigo companheiro meu de rádio, o Nelson Silva.

P - Desde quando você é espírita? Faça um breve resumo de sua trajetória no movimento espírita.

MM - Minha trajetória espírita? Ela é bastante curiosa, pois nasci em uma família muito católica e, eu próprio, guardava, penso eu, uma forte impregnação católica, vinda de encarnações passadas. Tanto assim que, na tenra infância, fui fortemente atraído pela vontade de ser padre. Não apenas padre, mas frade, da ordem dos capuchinhos, que sequer existiam em minha cidade. Com nove anos de idade,

depois de muita insistência junto a meus pais, terminei me internando em um seminário capuchinho, em região bem distante da minha e de cultura totalmente diferente daquela de minha família. O seminário situava-se em uma região de colonização italiana. Assim, de repente, passei a conviver com meninos que, na época, mal sabiam falar português. Eram filhos de colonos, agricultores de baixíssima ou nenhuma escolaridade e que, em casa, só se comunicavam no dialeto vêneto. Eu, de ascendência luso/espanhola, urbano e de tez morena, me via num mundo absolutamente estranho e que, não raras vezes, me era até hostil.

Ali fiquei até meus 15 anos, quando os questionamentos e os impulsos da adolescência terminaram me impondo a saída para buscar novas formas de ver e sentir a vida. Mergulhei, então, num profundo estado de negação, de dúvidas e de interrogações conflituosas que fui administrando na medida em que amadurecia. Fui, em busca de minha formação, para a Capital do Estado, aos 18 anos de idade. Trabalhava no rádio e, já maduro e casado, consegui cursar Direito, numa faculdade pública, única que poderia frequentar, em razão de minha carência de recursos. Ao me bacharelar, em 1973, comecei a advogar.

Certo dia, em meu escritório, recebi uma cliente que mudaria a minha história. Ela queria uma consulta jurídica, mas durante a conversa, disse-me que colaborava num centro espírita situado naquela mesma rua (a Sociedade Espírita Allan Kardec, na rua Andrade Neves, em Porto Alegre). Eu pouco ou nada sabia de espiritismo e, por isso mesmo, comecei a questioná-la sobre o assunto. Essa senhora, cujo nome era Clementina Benso, no outro dia voltou ao meu escritório levando-me um livro. Aí, um detalhe muito curioso: o livro que ela me levou, com uma dedicatória já escrita, era “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, mas, o que ela pensava estar me dando era o “O Céu e o Inferno”, pois, na dedicatória, se referia expressamente a esta obra de Allan Kardec, que seria, segundo ela, a mais adequada à minha leitura, já que tratava da justiça divina segundo o espiritismo. Até hoje tenho comigo esse exemplar, cuja dedicatória data de 12 de maio de 1974.

O engano de dona Clementina foi providencial e, quiçá, engendrado por amigos espirituais. Como ex-católico e ex-seminarista, eu, naturalmente, tinha um bom conhecimento dos evangelhos. Mas, percebi que as abordagens de Kardec em “O

Evangelho Segundo o Espiritismo” traziam interpretações inteiramente novas para mim. Interessei-me pelo livro e, a partir daí, mergulhei fundo em toda a obra de Allan Kardec.

Nesse meio tempo, prestei concurso para o Ministério Público, assumi como Promotor de Justiça (dezembro de 1975) e passei a trabalhar em cidades do interior gaúcho. Ao lado de minhas leituras jurídicas, passei a dedicar tempo para melhor conhecer a obra de Allan Kardec. Li todos os seus livros. Curiosamente, quando entrei pela primeira vez em um centro espírita, eu já conhecia toda a obra kardequiana. Minha primeira experiência concreta num centro espírita aconteceu na cidade de Bagé, onde fui promotor de 1978 a 1982. Lá, eu tinha um companheiro de loja maçônica que era espírita, dirigente da Cruzada dos Militares Espíritas. Percebendo meu interesse intelectual pelo espiritismo, ele me convidou a fazer uma palestra no núcleo espírita por ele dirigido. Essa foi minha primeira palestra espírita, versava sobre “Justiça Divina e Justiça Humana”, tema mais que óbvio para alguém das lides jurídicas que se interessava por espiritismo. Logo, ele me convidou para frequentar o centro espírita dele e dirigir um grupo de estudos. Eu, que não tinha vivência alguma em centro espírita, entrei lá como dirigente de grupo de estudos.

Naquele justo momento, a Federação Espírita do Rio Grande do Sul (Fergs), onde já estavam Maurice Herbert Jones e Salomão Jacob Benchaya, implementava sua histórica Campanha de Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita, que marcaria época no cenário do espiritismo brasileiro. Foi assim que comecei minha atividade espírita, ligando-me a um projeto concebido e executado por aquelas figuras que eu sequer conhecia, mas que, em seguida, seriam meus companheiros na Fergs e exerceriam enorme influência em minhas ideias e caminhada espírita.

Logo, fui promovido para Porto Alegre e resolvi, aqui, me engajar no movimento espírita. Passei a colaborar com a Fergs e com a Sociedade Espírita Luz e Caridade, hoje Centro Cultural Espírita de Porto Alegre (CCEPA), estabelecendo essa relação mais próxima com Salomão, Jones e outros companheiros. Basicamente, é o mesmo grupo que segue junto até hoje e que se ligaria, posteriormente, à CEPA – Confederação Espírita Pan-Americana, à qual o CCEPA é filiado.

P - Que livros já publicou e quais pretende publicar?

MM - Tenho algumas obras publicadas. Meu primeiro livro (1999) é uma coletânea de pequenas crônicas que por mim foram apresentadas diariamente em um programa de muita audiência, aqui em Porto Alegre, conduzido pelo jornalista e político Jorge Alberto Mendes Ribeiro (já desencarnado). O livro se chama “Se Todos Fossem Iguais”, que é o título de uma das crônicas. Três anos depois, publiquei “Direito e Justiça, um Olhar Espírita”, enfocando alguns temas jurídicos à luz do espiritismo. E, mais recentemente, lancei “O Espírito de um Novo Tempo ou Um Novo Tempo para o Espírito” que é composto de 100 crônicas, todas publicadas em importantes órgãos de imprensa do Rio Grande do Sul e de outros estados, sobre fatos relevantes dos primeiros 10 anos deste século. Afora isso, colaborei em livros como “A CEPA e a Atualização do Espiritismo” e “O Pensamento Atual da CEPA”, juntamente com outros autores. Agora, estou sendo pressionado em casa para me dedicar a uma nova publicação.

P - Em sua experiência como advogado, houve algum momento crucial em termos de decisão jurídica em que a sua formação espírita falou mais alto do que a legalidade, do que o simples cumprimento da lei?

MM - Em toda minha atuação como operador do Direito, busquei sempre a realização da Justiça, muito mais do que do Direito. Tenho um compromisso de consciência com o humanismo e penso que o Direito que se esgota no formalismo não serve à Justiça. Mesmo na qualidade de promotor, função que exige um certo rigor legal, notadamente na área penal, nunca esqueci a frase dos romanos segundo a qual “*reus res sacra est*” (o réu é coisa sagrada).

Recordo um episódio em que fiz um júri em uma cidade próxima àquela em que eu era titular. Era um caso de homicídio, no qual a culpabilidade do réu mostrava-se evidente. Fiz minha obrigação, lutando pela condenação, que, ao final, foi obtida. Eu não morava na cidade e ali fui apenas para fazer o júri. A prefeitura da cidade me buscava em casa uma vez por semana para atender a promotoria local que estava vaga. Depois, o motorista do município me levava de volta para minha cidade. Terminado o júri, tarde da noite, e determinado pelo juiz o recolhimento do réu ao presídio, que se situava na cidade onde eu morava, o juiz viu-se diante de um

problema: não havia como enviá-lo, àquela hora da noite, para o presídio. Não tive dúvidas, ofereci que ele fosse comigo no veículo da Prefeitura que me levaria de volta. O juiz argumentou que seria desconfortável para mim viajar com o réu que eu acusara. Disse-lhe que não haveria problema. Tratara-o durante todo o processo com o respeito e a dignidade que todo o ser humano merece, portanto não sentiria qualquer desconforto com a sua presença. Assim, viajamos juntos. E acabou que conversamos muito durante a viagem. Pedi ao motorista que o deixasse no presídio, onde o entreguei ao administrador. Depois disso, nos falamos diversas vezes, durante as visitas regulares que eu fazia ao presídio como promotor. Ele, inclusive, foi um preso bem comportado e logo obteve os benefícios legais que reduziram o tempo de sua reclusão.

P - Como advogado e espírita, o que pensa a respeito da desobediência civil? Há momentos em que fatores éticos possam suplantar o espírito da lei, quanto ela estiver defasada em relação à realidade?

MM - Muitas vezes, a desobediência civil implica, justamente, em atos de inteira justiça, embora cometidos contra a lei. É um dos instrumentos de que se vale a sociedade para que a lei possa se adequar aos ideais nobres da justiça. As revoluções são sempre movimentos de rebeldia ao status legal vigente. Buscam a quebra da ordem jurídica. Mas o fazem em nome da justiça. Frequentemente são episódios históricos tecidos de atitudes corajosas por parte de pessoas ou grupos capazes de transformar a sociedade, mesmo que, no momento, não sejam entendidas e até fracassem em suas tentativas pioneiras, sofrendo as consequências legais advindas de sua desobediência. Sem mártires desobedientes e transgressores, a História não teria avançado. Muitas conquistas, hoje consensualizadas, não teriam sido alcançadas. O progresso, em grande parte, se dá justamente pela transgressão. Por de trás do mito de Adão e Eva no Paraíso, comendo da “árvore do conhecimento do bem e do mal” está um subliminar convite à transgressão. A chamada desobediência civil, especialmente quando qualificada pela não-violência, é um poderoso instrumento de progresso da sociedade. Estão aí os históricos exemplos de Gandhi, Martin Luther King, Dorothy Stang e tantos outros.

P - Que relação você vê entre o direito natural e o direito sob a ótica espírita?

MM - Toda a moral espírita, exposta notadamente na 3ª parte de “O Livro dos Espíritos” é um tratado de Direito Natural. Tanto assim que, via de regra, a primeira pergunta formulada por Allan Kardec, na análise de cada uma das 10 leis morais, busca a inserção das mesmas na Natureza:

– A adoração é um sentimento inato?

– A necessidade do trabalho está na Natureza?

– O progresso é uma lei natural? E a liberdade? E a igualdade? ... e assim por diante. Ao invés de buscar na revelação o fundamento de cada lei moral, Kardec iniciava sua discussão com os espíritos acerca de cada uma delas provocando-os a reconhecerem seus fundamentos na própria natureza, na razão. Isso é Direito Natural, ou seja, aqueles valores universais de onde promanam as normas que devem reger uma sociedade e aos quais deve o Direito Positivo manter-se fiel. O Direito Positivo, a partir dessas ideias, só é legítimo se estiver em conformidade com esse Direito Natural. Como dizia Hugo Grócio, o mais importante vulto da escola do Direito Natural, este existiria mesmo que Deus não existisse ou, existindo, não se importasse com as questões humanas.

O Direito Natural, assim, preexiste a qualquer ordem jurídica ou a qualquer regramento. Os espíritos confirmaram este conceito, ao dizerem que a lei natural está gravada na consciência do homem. Não é uma revelação. Esta existe para confirmá-lo e não para criá-lo. A lei natural, assim, não é um produto do voluntarismo de Deus ou dos deuses, mas uma imposição racional. A verdadeira “razão divina” reflete-se na “razão humana”, gerando uma concepção que rejeita qualquer sobrenaturalismo para repousar inteiramente na própria natureza. Assim, não caberá mais fazer a distinção entre “justiça divina e justiça humana”, como, ingenuamente, eu fiz na minha primeira palestra espírita, em Bagé. A justiça é um valor em si, que independe de lei, de crenças e que vigora no Universo, por mais que queiramos desrespeitá-la. É, por isso, uma força cogente. A “pena” pelo seu descumprimento é o sofrimento, dá-se no âmbito da própria consciência do agente. Nesse sentido, também desaparecem as distinções, normalmente feitas no âmbito jurídico, entre Direito e Moral. Dizem os tratadistas que aquele é coercitivo, pois sua transgressão gera uma pena, civil ou criminal. E que a Moral não tem essa coercitividade. Mas, nessa visão mais ampla, cósmica, a transgressão moral também gera uma penalidade, que é o próprio sofrimento do agente.

P - Você considera, então, que há uma ética universal, aplicável a todas as latitudes, a todos os povos ou a ética deve ser relativa, conveniente à realidade de determinada nação?

MM - Penso que há valores fundamentais de validade universal. Kant, melhor do que ninguém, expressou-os em seu conhecido “imperativo categórico”, verbalizado desta forma:

“Age de tal sorte que a norma de tua ação possa ser tomada como lei universal”.

Com esse enunciado, ele identifica, tal qual o faria a filosofia espírita, que essas normas de ação, de validade universal, estão na consciência humana. Aliás, é também do famoso filósofo alemão esta inspirada confissão:

“Duas coisas me enchem a alma de respeito e emoção: o céu estrelado sobre mim e a lei moral dentro de mim”.

A ética universal seria a própria lei natural, capaz de reger todo o universo inteligente. Os espíritos disseram a Kardec que todos podemos conhecê-la, mas nem sempre nos é possível compreendê-la. Parece haver aí uma contradição, mas interpreto que não compreendê-la significa não termos desenvolvido ainda a capacidade intelectual, racional, de avaliar os resultados negativos necessariamente trazidos por sua violação. A revelação pode fazê-la conhecida, mas só a razão permite sua compreensão.

A grande questão humana reside na aplicação dessas normas no tempo e no espaço. Voltando às teorias do Direito Natural, que partem, exatamente, do pressuposto da existência de normas de validade universal, é forçoso reconhecer que esses imperativos racionais não podem ser aplicados em todo o tempo e lugar, diante da diversidade cultural dos povos. Por isso, um jusnaturalista alemão do século 19, Rudolf Stammler, propôs o que chamou de “Direito Natural de Conteúdo Variável”. Sempre admitindo a existência de valores universais, defendia que as regras positivas inspiradas nesses mesmos valores fossem se modificando de acordo com as transformações da vida social, política e econômica. Já no século 20,

o francês Gabriel Renard aprimoraria esse conceito de Direito Natural chamando-o não mais de “de conteúdo variável” e sim, “de conteúdo progressivo”, pois a própria razão humana está em contínuo evoluir.

A filosofia espírita admite, teoricamente, a existência de uma ética universal. De tal forma que Allan Kardec chegou a questionar os espíritos sobre a possibilidade de as sociedades se regerem por essa “lei natural”, sem o concurso de leis humanas (questão 794 L.E.). Os espíritos responderam que até poderiam, se todos fossem capazes de bem assimilar essa ética universal. Mas, aduziram, “a sociedade tem suas exigências e precisa de leis especiais”.

P - A ética espírita é universal ou deve ser compreendida e aplicada de acordo com o contexto cultural e evolutivo? A ética evolui? Se evolui, isto se dá em que direção, em que sentido?

MM - A ética espírita é a própria lei natural, aquela que, segundo a questão 614 de O Livro dos Espíritos, indica o que devemos fazer ou deixar de fazer. Nesse sentido, ela não é uma ética própria de uma filosofia particular, ela não é espírita, não é cristã, não é budista, ela é universal, válida para toda a humanidade. As doutrinas, as culturas, os ordenamentos religiosos e legais são imperativos mais ou menos fiéis a essa ética universal. Na medida em que dela se aproximam experimentam um processo evolutivo. Mas, especialmente as religiões, funcionam frequentemente como forças de contenção desse processo evolutivo que busca a plenitude da ética universal. Adotando como definitivos alguns regramentos próprios de uma época e que visavam o atingimento de alguma etapa já superada, as religiões são forças contrárias à evolução. Retardam a “compreensão” da lei natural, embora esta já seja “conhecida” pelo espírito imortal. Esse “conhecimento” de que fala “O Livro dos Espíritos” às vezes é meramente intuitivo, está na consciência, mas não se transforma em norma de ação, por falta de condições subjetivas ou mesmo, objetivas, culturais, religiosas ou sociais.

P - Considerando a sua vivência como jornalista profissional e em sua atuação na área da comunicação espírita, que avaliação você faz hoje do chamado jornalismo espírita? A comunicação espírita parou no tempo ou tem acompanhado as mudanças tecnológicas e culturais?

MM - Os avanços têm sido tímidos. Até se observa, de algum tempo para cá, uma melhor adequação tecnológica. Há revistas tradicionais que se renovaram graficamente. Já se utiliza melhor a televisão, a internet. Mas, o conteúdo, a forma de comunicação, realmente, parou no tempo. Os espíritas precisam entender que a linguagem evangélica não mais comunica. Crianças, no meu tempo, estudavam catecismo, história sagrada, na escola, na igreja e em casa. Hoje a ética é inteiramente laica. A linguagem religiosa ficou adstrita às igrejas, notadamente às evangélicas. É preciso mudar a linguagem, fazer a interlocução com a cultura, com o pensamento filosófico, social, político. Isso que este site PENSE faz com admirável propriedade. Sem isso, o espiritismo só será visto como mais uma das seitas cristãs, e, justamente, a que menos aparece e a que mais é escorraçada por todas as demais, como sendo o “patinho feio” do cristianismo. Os espíritas, nesse contexto, só são lembrados pelos comunicadores quando acontece algum fenômeno paranormal, “sobrenatural”, que possa ser explicado pela ótica da fé, a fé espírita, com nuances que a diferem das demais crenças, porque pretensamente explica esses fenômenos. À imprensa espírita e à atuação dos espíritas, através dos meios de comunicação não-espíritas, cabe o desafio de mudar isso, mostrando o espiritismo como uma proposta moderna, capaz de fazer essa interlocução com todas as áreas do conhecimento contemporâneo, sem essa aura de sobrenaturalidade.

P - A grande exposição do espiritismo na mídia, no cinema, televisão, na internet tem contribuído para o esclarecimento do que seja realmente seu conteúdo filosófico e ético ou, ao contrário, tem servido para descaracterizá-lo ainda mais? Gostou do filme Nosso Lar? O que achou das homenagens que foram prestadas ao médium mineiro Chico Xavier pelas escolas de samba nos desfiles de carnaval deste ano? Por que a reação de boa parte dos espíritas foi contrária a essa homenagem?

MM - Definitivamente, ou não, o espiritismo que se conhece é esse. Não é o de Allan Kardec, mas o de Chico Xavier e de seus mentores André Luiz, Emmanuel, Irmão X etc. O carisma e a “santidade” de Chico, de alguma forma, contam para o espiritismo. Mas, de igual forma, o carisma de Irmã Dulce, de Frei Galvão e de suas reconhecidas santidades, contam para a Igreja Católica. Neste sentido, estamos todos irmanados e a grande massa não faz as necessárias distinções.

Os filmes sobre Chico e sua obra, bem feitos e que emocionam a todos os que assistem, contribuem bastante para essa miscigenação de crenças, para esse ecumenismo à moda brasileira. Se o espiritismo quer ser uma grande religião, a todos irmanando, isso basta. Já cumpriu sua grande tarefa, no Brasil. Chico, merecidamente homenageado inclusive por Escolas de Samba, foi o grande consolidador dessa fé capaz de unir, com amor, tolerância e muitas obras de caridade, todas as pessoas de fé.

Uma vez, conversando com um taxista, na Bahia, sobre a religiosidade local, ele me disse que era católico e cultuava Iemanjá e todos os orixás do candomblé. Quando lhe revelei que era espírita, ele simplesmente disse: “católico e espírita é a mesma coisa”. Nessa “mesma coisa” ele se incluía, como católico que não dispensava os grandes cultos aos orixás.

Agora, a grande proposta de Allan Kardec, evidentemente, vai bem além disso. Esta até pode ser uma etapa, apropriada a essa cultura que tem influências europeias, africanas, indígenas e algumas outras menos votadas. Mas, temos que romper rapidamente com isso se quisermos, efetivamente, contribuir para a adoção de um novo paradigma científico/filosófico que tenha por premissa a existência do espírito imortal, como essencialidade humana, gerando uma nova consciência e uma nova postura perante a vida. Que, afinal isso é o que busca o espiritismo. E esse espiritismo ainda não chegou à maioria das pessoas que se dizem espíritas e, muito menos, aos meios de comunicação. Os filmes sobre Chico e sua obra retratam bem a etapa da caminhada em que está o espiritismo no Brasil. Oxalá não contribuam para que esta seja a última e definitiva.

P - O que você pensa a respeito do projeto do pensador e escritor espírita Jaci Regis ao propor o que denominou de espiritismo pós-cristão? É possível pensar o espiritismo sem a presença do cristianismo, da moral cristã ou essa corrente de pensamento está enraizada a tal ponto que se torna quase impossível pensar o espiritismo de uma forma não-cristã?

MM - Temos de reconhecer que o próprio Allan Kardec estruturou toda sua proposta a partir da doutrina cristã. O espiritismo é uma proposta científico/filosófica/moral com pretensões de universalidade, mas com sólidas bases cristãs. Sistematizado na

França do século 19, seis décadas depois da Revolução Francesa, está impregnado do eurocentrismo cristão que marcara a formação de seu fundador, dos pensadores em que se inspirou e da maioria dos espíritos que acorreram a seu chamado para a grande interlocução da qual resultaria a doutrina espírita. Até então, o mundo que se entendia civilizado era o ocidental, cristão. A Europa ainda se mantinha de costas para toda e qualquer outra civilização. Olhava para a América como sua extensão, em processo ainda de colonização. Outras culturas, praticamente, não existiam para os europeus. A modernidade ali eclodira e as demais culturas não haviam sido por ela atingidas, segundo os europeus.

Apesar disso, os pressupostos científico/filosóficos em que se baseia o espiritismo são universais. A ideia do espírito, de sua imortalidade, de sua comunicabilidade, está em todas as culturas, em qualquer latitude e em todos os tempos. As consequências éticas deduzíveis desses pressupostos também são universais, no sentido da liberdade, da igualdade, da tolerância, da justiça e do amor.

O mundo, no século 21, é totalmente diferente daquele contemplado e sentido pelos europeus e pelo próprio Allan Kardec, há 150 anos atrás. O fenômeno da globalização, estimulado por essa verdadeira revolução da comunicação, exige de todos os setores a adoção de uma linguagem comunicacionalmente eficiente. A própria religião se adaptou a isso, no que pode. Uma missa celebrada no Vaticano não é igual àquela rezada na Igreja do Senhor do Bonfim, na Bahia, ou a que celebram os padres cantores de São Paulo ou do Rio de Janeiro, que transformam aquele rito em shows religiosos transmitidos pela televisão.

A ideia do espiritismo pós-cristão, tão ardorosamente defendida por Jaci Regis, tem um fundamento digno de ser examinado e que não pode deixar de ser aceito, a partir desta interrogação: Afinal, o que é o cristianismo hoje? O que ele é na sua base conceitual?

Quem pode responder a essa pergunta são os próprios cristãos, como tais considerados pela cultura contemporânea. Desde meados do século passado, cresceu no mundo ocidental um movimento denominado “ecumenismo cristão”. Talvez tenha sido um dos mais importantes movimentos da história do cristianismo e

que marcou profundamente as relações internas entre os seguidores do cristianismo. Depois de séculos de graves desentendimentos, de guerras santas e de intolerância, as igrejas cristãs passaram a dialogar entre si. Não com o fim – pelo menos numa primeira etapa – de promover sua unificação (muito embora a mais importante dessas igrejas, a Romana, reivindique essa condição unificadora, por se dizer a única fundada por Jesus Cristo). O objetivo seria encontrar o que há de comum entre elas e, com isso, recriar a identidade cristã, que começara a se fragmentar com o cisma da Igreja Oriental Ortodoxa e se aprofundara muito mais com a Reforma Protestante, a partir de Martinho Lutero, no século 16. Pois bem, durante todo esse tempo, cada um desses movimentos que se haviam fragmentado em milhares de igrejas arrogava-se a prerrogativa de representar o verdadeiro cristianismo. Para os católicos, os protestantes não eram cristãos. Para os evangélicos, eles, e só eles, representavam o autêntico cristianismo, reformado a partir de suas origens. O movimento ecumênico do século 20 promoveu um grande acordo entre todas essas igrejas, definindo o que é ser cristão. Mesmo que nem todos adotassem exatamente os mesmos dogmas, muito menos os mesmos ritos ou dispensassem os mesmos sacramentos, todos eles passaram a se considerar mutuamente cristãos, a partir de algumas poucas crenças fundamentais, quais fossem: A crença em Deus, representado por três pessoas: Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo; o nascimento humano com o pecado original, resultado da desobediência de Adão e Eva e só removível pelo batismo; e, especialmente, a crença em Jesus Cristo como único Senhor e Salvador. Todas as igrejas que guardassem e difundissem esses dogmas seriam cristãs. Refundiu-se a grande comunidade cristã e, com surpresa para quem acompanhara a história dos últimos séculos, começaram a ocorrer cultos ecumênicos, celebração de casamentos simultaneamente feitos por pastores e padres. Afinal, todos eram cristãos e assim deviam se tratar entre si. Foi a forma que os cristãos encontraram para não sucumbirem ante o secularismo e a indiferença religiosa que avançava no século 20. Unidas naquilo que lhes formava a base, sobreviveriam.

No tempo em que surgiu o espiritismo o panorama era completamente diferente. O Ocidente, em cuja cultura nascera a doutrina espírita ou era laico, agnóstico e materialista, ou era religioso e cristão (católico ou evangélico), mas essa palavra “CRISTÃO” ainda guardava uma acepção eminentemente moral. Cristão era quem

fizesse o bem, quem praticasse a caridade. Foi nesse sentido que Allan Kardec usou, algumas vezes, o adjetivo cristão. Hoje não é assim. Por força dessa grande concordata feita pelas igrejas, cristãos são os que pertencem às igrejas cristãs, os que estão compromissados com elas pela fé. Há um consenso entre as igrejas cristãs, respeitado e homologado pela cultura pós-moderna, no sentido de reservar o adjetivo cristão como designativo de uma fé, fundamentada justamente naqueles dogmas essenciais que as reaproximaram.

Ora, esse novo conceito nada tem a ver com moral, com ética. Esta, hoje, é totalmente laica, exigência social, política, administrativa, reclamo popular relativamente a seus governantes aos seus fornecedores, compradores, funcionários do governo etc. Ser correto, solidário, responsável, honesto, deixou de ser uma exigência religiosa, muito menos cristã. Em alguns aspectos a ética cristã vai inteiramente contra alguns consensos da sociedade moderna, como sejam, a liberdade sexual, a igualdade entre homens e mulheres, a dissolubilidade do casamento; e práticas como o uso de preservativo, o planejamento familiar, a pesquisa científica com células-tronco e tantas outras questões que estão na agenda de nosso tempo. Há 40 anos atrás, em nome da moral cristã se promoveu uma formidável campanha visando a não introdução do divórcio no Brasil. Também com o beneplácito cristão, se instaurou um golpe de estado, dando lugar a uma ditadura cruel que se justificava, no entendimento cristão, ante a iminência do fantasma do comunismo ateu. Os militares que derrubaram Jango, naquele 1º de abril de 1964, tiveram seus brios insuflados pelas rezas das beatas mineiras, em procissão pelas ruas de Belo Horizonte.

Bem, e o espiritismo? Este, em primeiro lugar não é, não foi e nunca será aceito pelos cristãos como um de seus ramos. A menos que aceitemos a Santíssima Trindade, façamos batizados nos centros espíritas e celebremos casamentos sem esquecer de declarar que deve ser para toda a vida, pois “o que Deus uniu o homem não pode separar” (aí está uma forte expressão da moral cristã).

E tem mais: não sendo nada disso, o espiritismo ainda se propõe a ser um conhecimento capaz de rever seus posicionamentos, de tempos em tempos, acompanhando a marcha do progresso. Coisa muito diferente do cristianismo que

repousa sobre dogmas inamovíveis e cujo chefe supremo, inspirado pelo Espírito Santo, quando fala em questões de fé, faz-o sob o selo da infalibilidade.

Então, assim como somos espiritualistas, sem sermos uma religião, também aceitamos as magníficas lições de Jesus de Nazaré, sem sermos cristãos. Até porque Jesus de Nazaré nada tem a ver com o Jesus Cristo, esse formidável mito dos cristãos.

O adjetivo “pós-cristão” para designar essa forma de pensar parece adequado. Mas, apenas para adjetivar um segmento, não para, com esse ou outro nome, se promover uma ruptura radical com o espiritismo. A CEPA já nasceu com essa postura laica, “pós-cristã”, progressista. Mesmo deixando claras nossas divergências com as impregnações cristãs do espiritismo religioso e reconhecendo as distorções que isso impôs à compreensão da proposta original de Allan Kardec, preferimos sempre manter a designação original: ESPIRITISMO, termo cunhado por Allan Kardec e que nos parece o mais adequado para essa ciência fundada na realidade do espírito da qual defluem, naturalmente, consequências éticas aplicáveis a todas as culturas do planeta. Mas, não há como deixar de reconhecer que somos, de fato, um movimento pós-cristão. E que, por outro lado, nossas raízes e conceitos eminentemente kardecistas também autorizam que usemos essa expressão – kardecistas – como uma forma de nos identificar, de marcar nossa identidade própria, nesse grande mosaico que se tornou o espiritismo. Isso, porém, no nosso sentir, não implica em criar um novo movimento, com a denominação “kardecista”, em contraposição ao espiritismo. Pensamos que há muito espaço para o crescimento do espiritismo, dentro de uma visão racional, moderna, progressista e livre-pensadora, efetivamente “pós-cristã”. Nunca houve, como hoje, esse espaço. É nessa senda que devemos avançar.

Jaci foi um homem admirável. Mesmo que o movimento espírita hegemônico fizesse de conta que não o escutava e de que ele sequer existia, sua influência foi e, principalmente, será enorme nos próximos anos. Da verdadeira assunção dessa identidade “pós-cristã” está a depender a própria sobrevivência do espiritismo na cultura pós-moderna. Mas, Jaci, como todo o homem que está a frente de seu tempo, tinha pressa. Já não aguentava a perpetuação desse atrelamento espírita à

cultura judaico-cristã, quando sua principal missão é, justamente, superá-la e criar um novo paradigma. Daí sua inquietação, sua inconformidade, sua proposta de ruptura e, até, sua renomeação.

P - Como advogado e espírita, você é a favor do casamento homossexual? É a favor ou contra a adoção de filhos por casais homossexuais? O homossexualismo para você é um desvio sexual ou uma forma de comportamento sexual natural, legítima e que deve ser respeitada e tolerada? O fato de o espírito não ter sexo, de possuir em si a polaridade sexual masculina e feminina pode servir para legitimar o comportamento homossexual? O que acha da mudança de sexo: é contra ou a favor?

MM - Bem, para falar sobre o chamado “casamento homossexual”, eu preciso, antes, esclarecer o que penso sobre a própria instituição do casamento, sob o aspecto jurídico. Há uma velha e clássica discussão acerca da natureza jurídica do casamento. Ele é apenas contratual ou tem algum outro caráter que vai além desse contratualismo? Penso, em primeiro lugar, que ele acontece por uma lei natural de afinidade entre pessoas que se amam e se completam, que necessitam uma da outra e que resolvem viver juntas, pelo resto da vida, ou até que lhes seja conveniente e os faça mais felizes. O casamento existe, fundamentalmente, porque as pessoas se amam, porque nutrem sentimentos especiais uma pela outra. Todo o resto são firulas. São simbolismos religiosos, sociais, convencionais ou legais para celebrar um rito de passagem.

Na verdade, o casamento que, como diria Kardec (e o disse expressamente na questão 695 de “O Livro dos Espíritos”) “está na natureza” terminou por ser sacralizado pelas religiões. Adornou-se-o como sendo um “chamado de Deus”, uma predestinação divina, transformou-se-o em um sacramento, solenizando-se-o de tal forma que perdeu quase toda sua naturalidade para se fazer uma grande instituição. Daí a natureza institucional que lhe foi conferida, primeiro pela religião e, depois, pelo próprio Estado. Ainda hoje o casamento é o mais solene dos atos jurídicos, e o próprio Código Civil prescreve até as palavras que o presidente do ato deve pronunciar ao celebrar esse verdadeiro ritual laico que é o matrimônio civil.

Mas, os costumes, bem antes da lei, terminam por quebrar esses excessos formalísticos, tornando as coisas mais simples, funcionais e práticas, devolvendo-lhes a naturalidade que lhes fora roubada. Por isso, de algumas décadas para cá, a jurisprudência, e, depois dela, a própria lei, têm valorizado e conferido à chamada “união estável” os mesmos efeitos do casamento, solenemente celebrado e institucionalizado. Quando ainda não existiam essas manifestações jurídicas e o casamento era somente aquele que houvesse sido celebrado perante o padre e o juiz, o povo simples do interior já se rebelava contra isso e dizia: “casado é quem bem vive” (na minha pequena cidade, havia quem dissesse: “casado é quem bem vive”). Hoje é a própria lei quem diz isso. É comum, agora, e perfeitamente jurídico, se fazerem contratos particulares de união entre pessoas que pretendem conviver, regulando as obrigações de um para com o outro e dispondo, inclusive, sobre a partilha de bens entre eles, em caso de separação ou de morte de um dos contratantes. Isso, ao tempo em que fiz minha faculdade e me formei em Direito era tido como uma afronta à lei. O advogado que fizesse um “contrato de casamento”, como era popularmente chamado, em assistência a clientes que estavam impedidos legalmente de casar (na época ainda não existia o divórcio), corria o risco de ser punido pela OAB.

O que eu quero dizer com isso? Que, pouco a pouco, o casamento vai perdendo o seu caráter sacral para se reduzir ao que, efetivamente é: um acordo contratual, regulando aspectos da vida a dois de pessoas que se atraíram mutuamente, por questões de afinidade ou sentimento. O Estado pode e deve intervir nisso, não como celebrante e nem como instituidor, mas como regulador dessas relações, preservando os direitos de um e de outro e, evidentemente, da prole, se dessa união resultarem filhos. Cada vez mais o casamento ou aquilo que lhe é quase sinônimo, a união estável, assume seu verdadeiro caráter, que é o de ser um contrato. Contrato, aliás, que pode ser desfeito, de forma cada vez menos solene. Legislação recente permite aos cônjuges, quando estão de acordo com todas as cláusulas, promoverem seu divórcio através de mero comparecimento a um tabelionato, dispensando a solenidade da audiência judicial.

Agora, então, a pergunta: por que isso não pode ser feito entre duas pessoas do mesmo sexo? A sociedade, pouco a pouco, vai se acostumando a respeitar os

legítimos sentimentos de duas pessoas de igual sexo que resolvem estabelecer vida em comum. E, mais uma vez, essa conquista social, essa mudança de costumes, é fruto de uma luta feita contra a religião, eis que nesta seguem enraizados os preconceitos que autorizaram no passado — e ainda infelizmente estimulam no presente —, todo o tipo de violência e discriminação contra os homossexuais. É o direito de eles serem felizes que está em jogo. É questão totalmente de foro íntimo que nem Estado, nem sociedade, nem religião têm o direito de impedir. Vale aqui a pergunta: e se fosse eu o homossexual, como gostaria que os outros me tratassem, diante de uma circunstância dessa natureza e de uma decisão pessoal minha no sentido de conviver com alguém de mesmo sexo? Colocar-se no lugar do outro é a premissa da chamada regra de ouro apontada como síntese dos ensinamentos de Jesus: empatia.

Há aqueles que, diante dos impulsos homossexuais, optam por reprimi-los, impondo-se uma vida casta, por questões de crença ou de cultura. É um direito que me parece respeitável, na medida em que essas pessoas, em suas subjetividades, entendem aquele impulso como “anormal”. Pessoalmente, no entanto, respeito e admiro mais a coragem daqueles que se assumem, mesmo contra os preconceitos ainda existentes, e buscam a vida de forma digna. Não tenho teoria alguma para explicar as causas do homossexualismo. Estaria ligado a vidas anteriores? Uma sequência longa de encarnações em um sexo dificulta a adaptação psíquica do espírito aos papéis desempenhados pelo outro sexo no qual venha a encarnar? A experiência tem demonstrado que os homossexuais já nascem com o psiquismo do outro sexo que não o biológico. Não é uma questão de educação, mas fundamentalmente de psiquismo, algo, podemos dizer, impregnado no espírito do reencarnante. É preciso que se respeite essa realidade que os faz diferentes, mas não menos dignos.

Quanto à adoção por casais homossexuais, penso que quem é levado a esse objetivo o faz, via de regra, por razões nobres. Há, no Brasil, milhões de crianças abandonadas por seus pais, jogadas em cestas de lixo ou recolhidas de ambientes onde lhes falta tudo e, notadamente, lhes falta o afeto. Estarão bem melhor na companhia de duas pessoas que, sendo ou não do mesmo sexo, se disponham a amá-las, educá-las e contribuir, se for o caso, para a superação dos preconceitos

que essa situação possa despertar. Aí, mais uma vez, caberá ao Estado examinar com cuidado o ambiente do casal homoafetivo que se dispuser a fazer essa adoção. Hoje em dia, o mais comum é que apenas um adote. Os costumes poderão avançar, como já reconhecido por uma ou outra decisão judicial e determinar ao legislador que reconheça, expressamente em lei, esse direito-dever assumido por “casais” homossexuais.

O Estado, hoje, pelo menos em tese, se organiza muito bem no que diz respeito ao controle de adoções. Antes de se conceder uma criança à adoção, devem-se fazer estudos sociais e psicológicos aprofundados. Isso, evidentemente, há de ser feito também na eventual hipótese de aceitação legal da adoção por pretendentes homossexuais. E os supostos adotantes deverão estar muito cientes de que, diante do preconceito social — inegavelmente presente nos dias de hoje — novidades dessa natureza, que mexem profundamente com costumes e normas morais arraigadas na sociedade, poderão expor o adotado a situações desconfortantes e difíceis de administrar. É provável que crianças nessas circunstâncias necessitem de especial atendimento psicológico e social que melhor os habilite a vivenciar suas relações, principalmente com outras crianças, na fase escolar.

Tudo isso, entretanto, parece-me, em princípio, administrável e, acima de tudo, superável, através do carinho, do afeto e da firme disposição de acolher e dar um lar a uma criança que não o tem.

Quanto à mudança de sexo. Penso que para muitos homossexuais e transexuais deve ser bastante difícil conviver com o paradoxo que a vida lhes interpôs: o fato de terem todo o psiquismo de um sexo e o corpo de outro. Se os avanços científicos podem corrigir isso, por que não se valer dos mesmos? Mais uma vez, trata-se de questão inteiramente de foro íntimo. A prática tem mostrado que muitas pessoas que têm se submetido à mudança de sexo experimentam, após a cirurgia, um grande bem-estar, equilibrando-se emocional e psiquicamente. Começam nova vida, aceitando-se melhor e, por isso mesmo, sendo melhor aceitas pelos outros. Também a doutrina e a jurisprudência têm se mostrado bastante sensíveis a esses recursos que a ciência médica é capaz, hoje, de disponibilizar. Decisões judiciais, cada vez mais, vêm autorizando sua realização e, uma vez operada a mudança de sexo, os

registros públicos alteram os dados e até o nome do paciente, mesmo que a lei declare que o prenome é imutável, regra que cede ante a realidade determinada pelo novo sexo obtido por via cirúrgica.

P - Que contribuição pode dar o espiritismo à chamada Terceira Idade?

MM - O espetacular aumento da expectativa de vida em todo o mundo está mudando a face da sociedade. É sinal de progresso que o espiritismo tem o dever de acompanhar. Acho que a melhor contribuição que o espiritismo pode dar a esse novo fenômeno é o de aprofundar o conceito de que uma encarnação, toda ela, deve representar oportunidade de crescimento e aprendizado para o espírito. Se estamos vivendo mais tempo no plano físico, e geralmente com mais qualidade de vida, é importante que redimensionemos nossos hábitos, prolongando o tempo de nossa contribuição efetiva e eficiente à sociedade onde estamos inseridos. Se mais recebemos, mais temos de dar. Já não faz nenhum sentido que pessoas aposentadas aos 50 anos, como foi meu caso pessoal, ou aos 60 e mais, mas na plenitude de sua saúde e na integridade de suas condições mentais, se julgue isento de continuar oferecendo seus préstimos sociais.

A questão 679 de “O Livro dos Espíritos” ocupa-se da hipótese daqueles que possuem o suficiente para viver e que, no entanto, não devem, só por isso, se considerarem isentos do trabalho. Subsiste-lhes, desde que o possam, a obrigação de se fazerem úteis. Dizem ali, os espíritos, que a obrigação de sermos úteis aos semelhantes é tanto maior quanto maior seja a cota de tempo livre de que dispomos. Penso que essa é uma reflexão importante que o espiritismo pode oferecer aos integrantes da hoje chamada “terceira idade”.

P - Que interesse poderia ter hoje a juventude pelo espiritismo? O discurso doutrinário tem atingido a mentalidade do jovem atual? Por que as mocidades e juventudes espíritas não têm a mesma quantidade de jovens em suas fileiras, como ocorria entre as décadas de 1950 e 1980?

MM - Suponho que, naquele tempo, o que mais atraía o jovem ao centro espírita eram as tantas atividades lúdicas que os centros ofereciam. Era a oportunidade da convivência de uns com os outros, estimulada pelos pais espíritas ou simpatizantes do espiritismo, que viam no centro espírita um lugar saudável para abrigar seus

filhos. Havia, então, um maior e mais rígido controle por parte dos pais sobre a vida dos adolescentes. Hoje, se multiplicam as formas de lazer, disponíveis aos jovens desde muito cedo. A questão doutrinária lhes vinha como acréscimo e a convivência os unia. Essa união, não raro, os acompanharia para o resto da vida, resultando, muitas vezes, em namoro e casamento. Nasciam, ali, famílias espíritas. O interesse comum era, dessa forma, alimentado por essa convivência que sedimentaria a vivência espírita pelo resto da vida.

Parece-me, entretanto, que via de regra, as questões mais essenciais do espiritismo, como a visão de vida, os conceitos que dizem com a imortalidade, com a essencialidade do espírito e suas consequências filosóficas, não são do tipo a atrair o interesse do ser humano, nas etapas iniciais de sua vida, a não ser como imposições religiosas, de que buscarão se libertar, logo ali adiante. A encarnação implica em desafios materiais e de formação intelectual e profissional que, ao lado das questões amorosas e lúdicas, tomam quase que inteiramente o interesse dos jovens. Esse desafio, num mundo competitivo como o que vivemos hoje, se faz cada vez mais absorvente. Vencida a etapa universitária, há que entrar no mercado de trabalho. Este exige especializações, aprimoramentos, quase que necessariamente impõe a busca de pós-graduações, de mestrados, doutorados, cursos no exterior etc. Esse quadro todo empurra o jovem para uma postura pragmática perante a vida. Não favorece questionamentos filosóficos daqueles que se constituem na essência doutrinária do espiritismo. As grandes questões da vida e da morte, da sobrevivência do espírito, da espiritualidade, enfim, são postergadas para o futuro. A ideia de imortalidade que povoa a mente dos jovens não é a do espírito, é a da vida física mesmo. Ao que parece, questionamentos e perquirições de espiritualidade se fazem mais concretos na maturidade.

O espiritismo, então como filosofia, que é sua característica essencial, seria um convite ao qual estão mais suscetíveis aqueles que já encaminharam convenientemente sua vida material, intelectual, amorosa, familiar, social e econômica. Talvez seja exatamente por essa razão que, dentre aquelas correntes tidas como religiosas, o espiritismo é o que mais adeptos tem na classe média e nas pessoas com melhor escolaridade.

Penso que esse breve retrato de nosso tempo pode oferecer algum caminho para explicar o desinteresse dos jovens pelo espiritismo, diferentemente de outros tempos. Mas, essa é apenas uma opinião subjetiva, que pode ser oferecida como hipótese de trabalho.

Apesar de tudo isso, entretanto, é necessário descobrir formas de atrair. Os eventos espíritas que fazem a interlocução da proposta espírita com áreas específicas do conhecimento, como o direito, a medicina, a literatura, a política, as ciências sociais e psicológicas, as artes em geral etc., podem ser estímulos à participação dos jovens, filhos de espíritas ou simpatizantes. Mesmo que eles não participem regularmente dos centros espíritas. Os conceitos que somos capazes de lhes transmitir na educação familiar, na formação de seus caracteres, são muito mais importantes que a frequência a um centro espírita. E essa conexão com áreas específicas que talvez sejam do interesse deles, pode qualificar sua participação em eventos especiais. No âmbito da CEPA, temos tido algumas experiências com esse tipo de atividade, com eventual, mas sempre qualificada participação de jovens, filhos de espíritas.

P - A Confederação Espírita Pan-Americana tem algum projeto de divulgação doutrinária voltada para os jovens, crianças e idosos? Como você acha que deveria ser estruturado esse projeto?

MM - Já há três anos deixei a presidência da CEPA, entregando-a a um jovem e dinâmico empresário argentino, Dante López, que tem toda uma história de vivência pessoal num importante núcleo espírita, que é a Sociedad Espiritismo Verdadero, de Rafaela, na Província de Santa Fé. Lá, o movimento jovem espírita sempre foi e continua sendo muito forte. A cidade, certamente a mais espírita da Argentina, abriga enorme comunidade espírita que desenvolve, em seu âmbito, um relacionamento familiar e afetivo muito intenso. O espiritismo, lá, é um fenômeno social que tem por bases muito firmes a família e a educação, mantendo, inclusive, uma escola espírita, além de uma fundação com objetivos sociais.

Essa experiência qualifica esta gestão da CEPA para, a partir dela, multiplicar ações semelhantes. Sei que os educadores e um grupo de jovens espíritas daquela

localidade trabalham em um importante projeto nessa área. Como, entretanto, desde que deixei a presidência por mim ocupada por oito anos, tenho me dedicado especificamente, no âmbito da CEPA, à área de comunicação, não sou a pessoa mais indicada para tratar do assunto. Gostaria, entretanto, de acrescentar que a esse esforço e a esse projeto dos espíritas de Rafaela junta-se também a experiência histórica, ainda muito significativa, do movimento de mocidade existente em Santos-SP, notadamente do Centro Espírita Allan Kardec.

Penso que, vencida e consolidada uma etapa importante de reorganização da Confederação Espírita Pan-Americana, a partir da gestão de Jon Aizpúrua, que me antecedeu na presidência e que, em nossas respectivas gestões, teve como escopo primordial a definição de um perfil laico, progressista e livre-pensador da entidade, esses projetos mais específicos terão, agora, melhor curso. A questão da juventude há de ser, pelo que conheço do perfil de Dante López e seus assessores mais próximos, uma das mais importantes prioridades.

P - Nos anos 60 o filósofo portenho Humberto Mariotti usou a expressão “esquerda kardequiana” para se referir a setores do movimento espírita brasileiro de mentalidade mais progressista, especialmente o Movimento Universitário Espírita (MUE). E hoje? Existe essa “esquerda kardequiana” ou essa rotulação já faz parte do passado? O socialismo, bandeira de muitos espíritas nas décadas anteriores à queda do Muro de Berlim e do poderio soviético, é um ideal ultrapassado?

MM - Penso que o primeiro questionamento que devemos fazer aí é se ainda existe uma “esquerda” na sociedade pós-moderna. Não estou falando no plano das ideias, mas, especificamente, na práxis política.

A globalização e as leis econômicas do capitalismo levaram o mundo de roldão. Empurraram-no para um comportamento pragmático, onde já não há lugar para as ideologias.

Humberto Mariotti, Manuel Porteiro e os destemidos impulsionadores do MUE, no Brasil, viveram o tempo mais explosivo da polaridade direita/esquerda. Na medida em que, diferentemente da maior parte da esquerda, foram capazes de vislumbrar algo além do materialismo, aplicando as leis da dialética à realidade do espírito,

vislumbraram no espiritismo o campo ideal para a aplicação de uma teoria e de uma prática socialistas.

Penso que seus pressupostos teóricos continuam válidos e com um riquíssimo conteúdo filosófico e sociológico. Mas, talvez, seja preciso esperar um pouco até baixar a febre que tomou conta desse mundo competitivo, gerador de um capitalismo desumano e também que se esgote a teoria materialista, para que a mensagem deles possa ser minimamente entendida. O movimento espírita, como já se disse, é um genuíno movimento de classe média, razoavelmente letrada, mas que se contrapõe a essa onda materialista que tomou conta do mundo. Esse materialismo, como aliás antecipou algumas vezes Kardec, foi em grande parte gerado pelo comportamento estático, anticientífico e antiprogressista das religiões. Enquanto o espiritismo for definido, vivido e difundido como mais uma religião, estará afastando do exame de seus pressupostos teóricos muitas pessoas que teriam chance de compreendê-lo como filosofia progressista e com um rico conteúdo social. Seria uma forma de romper com o preconceito que o socialismo alimenta contra toda a forma de espiritualidade, porque a confunde com religião.

P - Você vê no espiritismo características sócio-políticas que o aproximam do anarquismo, de propostas libertárias? O espiritismo é liberal, socialista ou anarquista? Ou seria ele neutro em relação às tendências políticas existentes?

MM - Allan Kardec estava longe de se enquadrar no perfil de um anarquista. Também não tinha muita afinidade com o socialismo. Seu perfil era o de um liberal, de seu tempo. Prezava muito os modelos organizacionais e o sentido de autoridade, especialmente aquela que defluía da superioridade moral do agente.

Desejava um movimento espírita bem organizado, estruturado em bases firmes, mas, como livre-pensador que era, via nas propostas espíritas um poderoso instrumento de libertação do espírito. Nada mais libertador do que o pressuposto filosófico espírita de que doutrina alguma “salva” alguém. A introdução do conceito de evolução moral como conquista individual do espírito, em contrapartida às doutrinas religiosas salvacionistas, confere ao espiritismo uma característica eminentemente libertadora de consciências.

Ora, uma doutrina com essas características não pode eleger “chefias”, não se compatibiliza com “unificação” organizacional ou de práticas doutrinárias. Nisso ele tem um pouco de anarquismo e muito de libertário.

Não sei se o espiritismo tem o condão de encaminhar todos os seus simpatizantes e aderentes a uma visão socialista. Mas, pessoalmente, identifico nele propostas muito próximas do socialismo e, até mesmo, do anarquismo. Quando Kardec provoca os espíritos a se manifestarem sobre a desigualdade das riquezas, estes não as atribuem exclusivamente à diversidade de aptidões, mas chamam a atenção para “a astúcia e o roubo”, cujo emprego estaria na origem da aquisição de muitas fortunas (L.E. q.808). Quase estão a lembrar Proudhon, famoso anarquista francês, contemporâneo de Kardec, para quem “toda a propriedade é um roubo”. Vão fundo na própria questão das riquezas herdadas, atribuindo a quem as recebeu, sem as produzir, enorme responsabilidade no sentido de sua socialização ou, pelo menos, de seu emprego em favor dos outros (questões 809 e 810). Mesmo assim, rejeitam, Kardec e os espíritos, a hipótese da igualdade absoluta das riquezas (q.811).

Já a questão 885, admitindo a legitimidade da propriedade, no início da resposta, parece querer antecipar, lá no seu final, que esta um dia será banida das legislações humanas, porque “o que num século parece perfeito afigura-se bárbaro no século seguinte”.

Como síntese da análise desses posicionamentos, é de se destacar que Allan Kardec demonstrava um perfil levemente liberal. Mas tinha preocupações, e as expôs aos espíritos, sobre as grandes propostas socialistas de seu tempo. Como liberal, entretanto, prezava a organização social, via no Estado um fiador do progresso através de regras que levassem à ordem, ao respeito às liberdades no campo da consciência, do pensamento, de sua manifestação e também no setor econômico e social.

Pessoalmente, entretanto, inclino-me a ver no espiritismo um caminho a conduzir a um socialismo pacífico, sem lugar para lutas de classes, mais nos moldes do “socialismo utópico” que antecedeu os movimentos armados e violentos dos séculos 19 e 20. Para o atingimento desse estágio, entretanto – e isso está muito claro na

proposta espírita, sendo sua verdadeira base moral – o ser humano precisa conquistar um adiantamento ético ainda incompatível com os costumes vigentes.

O socialismo verdadeiro, visualizado pelo espiritismo, não se compatibiliza com o egoísmo, com o orgulho, com a ganância material, com a injusta distribuição de renda, com a espoliação do mais fraco pelo mais forte. Muito menos com a formação de castas dirigentes de um Estado ateu, materialista e privilegiador de grupos ideológicos ou de classes. Exige, fundamentalmente, muita renúncia pessoal, colocando-se acima dos interesses individuais os anseios coletivos. Sem um significativo avanço nesse campo da ética individual, não se instaurará a ética coletiva capaz de sustentar uma sociedade justa, feliz e igualitária.

P - Existe uma utopia espírita?

MM - Utopia, etimologicamente, significa lugar nenhum. Ora, uma doutrina que privilegia o espírito como realidade essencial do ser humano; que, praticamente, vê na matéria nada mais do que um provisório instrumento de evolução do espírito, ou da consciência, considerados esses conceitos como a própria superação de qualquer referencial de tempo e lugar, é, conceitualmente, uma UTOPIA.

Não temos, os seres humanos, ainda a menor condição de entendermos o PROJETO humano. Aonde nos levará esse projeto que já foi capaz de feitos e avanços tão significativos? Mas, o espiritismo nos aponta um rumo. A clássica afirmação de Allan Kardec, tomada como referência do site PENSE, diz, com muita propriedade:

“A aspiração por uma ordem superior de coisas é indício da possibilidade de atingi-la. Cabe aos homens progressistas ativar esse movimento pelo estudo e aplicação dos meios mais eficazes.”

É justamente essa “aspiração”, que grita no âmago da alma humana mais atrasada, o indício mais certo de que podemos atingir uma ordem mais elevada: aquela que somos capazes de sonhar, mas, que, às vezes, reputamos inatingível.

Para termos uma pálida ideia do potencial criativo do espírito humano, basta olhar para trás. Confrontar o passado com o presente. Esse confronto possibilita ajuizar

algo do que seremos. Mas, nem tudo. A utopia do espírito não cabe nas dimensões do perceptível. A do espiritismo também.

Fonte: <http://www.viasantos.com/pense/arquivo/1347.html>